

QDD.

Quais são os mecanismos para frear o desmatamento nas frentes pioneiras da Amazônia?

O desmatamento na Amazônia avança segundo uma lógica de frentes pioneiras, marcada pela especulação, pela conquista de terras e pela rápida conversão de áreas. Essas dinâmicas costumam vir acompanhadas de conflitos e exclusão, especialmente em detrimento dos povos indígenas. No entanto, modelos econômicos sustentáveis podem contribuir para conter essa expansão, desde que sejam concebidos dentro de uma abordagem territorial integrada.

Motores do desmatamento e dinâmicas pioneiras na Amazônia

Motores bem identificados, com modalidades diversas conforme as geografias

O desmatamento e a degradação da Amazônia estão relacionados a um conjunto limitado de usos do território, que se manifestam com intensidades e formas diversas.

A abertura de estradas—especialmente aquelas necessárias à exploração de petróleo—desempenha um papel central no desmatamento, ao permitir o acesso à terra e facilitar o escoamento de produtos agrícolas. Entre 2015 e 2020, mais de 90% da degradação florestal ocorreu a menos de 5 km de alguma infraestrutura (Beuchle *et al.*, 2023). Por exemplo, a estrada Auca abriu novas frentes no Equador (Hänggli *et al.*, 2023). No Brasil, a BR-163, com 3.579 km de extensão, tornou-se um corredor importante para a instalação de novas propriedades agrícolas. Na Colômbia, são sobretudo trilhas ilegais que dão acesso à floresta para atender áreas de cultivo de coca, pecuária ou mineração, facilitando assim a expansão de usos agrícolas lícitos ou ilícitos (IUCN NL, 2024).

Autores

David COMBAZ (SalvaTerra),
Carlos CUBILLOS (TERO),
Catherine ANDRÉ (SalvaTerra)

As terras desmatadas são utilizadas principalmente para a pecuária bovina no sul do maciço amazônico e na Colômbia, onde responderia por cerca de metade do desmatamento (Beuchle *et al.*, 2023; IUCN NL, 2024). No Brasil, as grandes lavouras—principalmente de soja—também são um fator importante. Desde 2006, um moratório impede a conversão de florestas em campos de soja, mas a cadeia produtiva continua a ter efeitos indiretos ao ocupar pastagens, que então se deslocam para novas áreas de floresta a serem desmatadas. Na Bolívia, as grandes lavouras se expandem pelas planícies do leste, impulsionadas pelo desenvolvimento de estradas e infraestrutura.

Outras atividades menos concentradas também contribuem para o desmatamento. A mineração de ouro (artesanal ou industrial, legal e ilegal) afeta especialmente o Escudo das Guianas e a região de Madre de Dios, no Peru. Ela provoca poluição por mercúrio, fragmenta ecossistemas e gera diversos conflitos sociais, fundiários e econômicos entre povos indígenas, garimpeiros ilegais e empresários oportunistas.

Especulação fundiária, crime e espoliação nas frentes pioneiras

Em vários países, comprovar o uso produtivo da terra pode permitir a obtenção de direitos de propriedade (Pendrell *et al.*, 2022). Para populações vulneráveis, essa perspectiva é um forte incentivo ao desmatamento, reforçado quando projetos de infraestrutura sinalizam aumento do valor fundiário (IUCN NL, 2024).

O desmatamento torna-se, assim, um instrumento de especulação: pequenos agricultores desmatam inicialmente terras percebidas como vacantes, muitas vezes próximas a infraestruturas. Ao estabelecer pastagens, reivindicam a propriedade com a intenção de revender as terras e obter uma mais-valia. Esse fenômeno é muito visível no Brasil, onde pastagens são substituídas por cultivos intensivos de soja (Hänggli *et al.*, 2023; Beuchle *et al.*, 2023). Na Colômbia, a revenda de terras desmatadas pode também constituir um fim em si mesma, ficando a valorização agrícola em segundo plano (IUCN NL, 2024).

Essas dinâmicas vêm frequentemente acompanhadas de violência contra povos indígenas ou defensores do meio ambiente. Em áreas ricas em recursos naturais, multiplicam-se as ameaças, os assassinatos e os deslocamentos forçados (IACHR, 2019). A violência é favorecida pela falta de reconhecimento de direitos consuetudinários e pelo enfraquecimento das instituições encarregadas de fazer cumprir a lei, sobretudo quando o contexto político é desfavorável.

No Brasil, as invasões em terras indígenas aumentaram fortemente entre 2019 e 2022, em conexão com o retrocesso das proteções ambientais nesse período.

Na Colômbia, após os acordos de paz de 2016, a saída das FARC não foi seguida por um verdadeiro retorno do Estado. Grupos armados ocuparam então seu lugar em várias zonas. No Peru e no Equador, concessões de mineração ou petróleo foram outorgadas sem consulta às comunidades locais, o que provocou numerosos conflitos (IACHR, 2019).

Pilares de uma estratégia de estabilização das frentes pioneiras

Planejar, controlar e assegurar o uso da terra

Quando os direitos fundiários são incertos ou as infrações ficam impunes, a floresta é percebida como um espaço desocupado, no qual áreas cultivadas e pastagens se expandem facilmente (IUCN NL, 2024). O fortalecimento da governança é uma estratégia de eficácia comprovada. No Brasil, a criação de uma lista prioritária de municípios sob forte pressão de desmatamento permitiu concentrar os esforços de monitoramento e aplicar restrições ao acesso ao crédito rural. Esse mecanismo contribuiu para reduzir o desmatamento ao vincular claramente o acesso a recursos econômicos ao cumprimento das regras ambientais.

Outras abordagens também demonstraram eficácia quando sustentadas por base jurídica sólida e meios concretos. É o caso do zoneamento ecológico-econômico no Peru e na Bolívia, que permite planejar os usos do solo segundo suas aptidões, e dos planos indígenas de gestão territorial no Brasil, elaborados com as comunidades. Quando dispõem de direitos reconhecidos e recursos efetivos, os territórios indígenas registram, em média, menos desmatamento (IACHR, 2019).

As áreas mais afetadas pelo desmatamento são, muitas vezes, aquelas em que as instituições locais carecem de recursos. Nesses locais, apoios externos podem desempenhar papel importante—por exemplo, com o uso de ferramentas de cartografia participativa para avançar no planejamento do uso do solo ou no reconhecimento de direitos coletivos de povos indígenas. Em vários territórios, projetos como TerrAmaz^[1] ou TerrIndigena^[2] mostraram que o apoio ao planejamento territorial pode ajudar a fortalecer a legitimidade dos atores locais.

Transformar os sistemas de produção para estabilizar o uso da terra

O segundo pilar diz respeito à transformação da agricultura. Ao aumentar a produtividade, a intensificação costuma ser apresentada como meio de reduzir a pressão sobre as florestas. No entanto, pode gerar um “efeito rebote”: ao tornar a agricultura mais rentável, estimula a expansão das áreas cultivadas,

[1] <https://www.terramaz.org>

[2] <https://www.afd.fr/en/carte-des-projets/terrindigena-rights-indigenous-communities-amazon>

agravando o desmatamento. Três fatores influenciam esse efeito: facilidade de acesso à terra, sensibilidade dos produtores aos preços de mercado e desigualdades no acesso às inovações agrícolas.

Outros modelos buscam conciliar produção com preservação de solos e árvores, ao mesmo tempo em que melhoram a renda. A viabilidade dessas abordagens foi demonstrada por diversas iniciativas. Por exemplo, em Guaviare (Colômbia), sistemas de pastejo rotacionado em silvipastoril permitiram melhorar os rendimentos protegendo os solos. Em Tomé-Açu (Brasil), produtores cultivam cacau, pimenta-do-reino e frutas na mesma parcela agroflorestal—sem abrir novas áreas—com bons resultados econômicos.

Essas abordagens, porém, só funcionam sob certas condições, incluindo o reconhecimento de direitos fundiários, governança territorial eficaz e legítima, acesso à assistência técnica adequada e existência de mercados estáveis e remuneradores. Construir cadeias de valor sustentáveis e rentáveis é, portanto, um desafio central para disseminar modelos agrícolas menos intensivos sobre uso de terras. Isso implica desenvolver e difundir boas práticas agrícolas, além de fortalecer canais de comercialização adequados.

Os bancos públicos de desenvolvimento desempenham aqui um papel estratégico: são capazes de mobilizar financiamento privado e fortalecer políticas públicas. Em articulação com instituições de microfinanças, cooperativas ou organizações de produtores, podem financiar investimentos, apoiar a estruturação de cadeias produtivas e reduzir riscos por meio de instrumentos como linhas de crédito direcionadas, fundos de garantia ou mecanismos de partilha de riscos.

Essa é a ambição de várias parcerias na região, como as entre a Agence Française de Développement (AFD) e o BASA (Banco da Amazônia) e o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no Brasil, além da CONAFIPS (Corporação Nacional de Finanças Populares) no Equador.

Valorizar a floresta sem destruí-la

Conservar a floresta também pode gerar renda ao valorizar seus recursos renováveis: frutos, plantas medicinais, ecoturismo ou serviços prestados à coletividade, como regulação da água ou do clima. Ao oferecer alternativas viáveis, essas abordagens podem permitir o abandono de atividades impactantes, como o garimpo de ouro ou o cultivo ilícito de coca. É o que propõe o Science Panel for the Amazon (SPA) com o conceito de “bioeconomia amazônica”, que aposta na regeneração dos ecossistemas, nas práticas tradicionais e em maior justiça social, colocando as comunidades no centro do modelo (SPA, 2021).

Para incentivar essas práticas, pagamentos por serviços ambientais (PSA) podem ser concedidos aqueles que protegem a floresta. Programas como o Socio Bosque^[3], no Equador, o Bolsa Floresta^[4], no Brasil, ou o Conservar Paga^[5], na Colômbia, demonstraram que essas soluções funcionam quando certas condições são atendidas: segurança fundiária, envolvimento local e financiamento estável.

Para garantir esse financiamento no longo prazo, diversas opções estão sendo exploradas. Entre elas, a Tropical Forest Forever Facility (TFFF) é uma iniciativa recente proposta pelo Brasil. O objetivo é mobilizar até 125 bilhões de dólares, cujos juros permitiriam pagamentos regulares aos países que protegem suas florestas tropicais. Essa abordagem, ainda em discussão, busca reconhecer o valor do capital natural existente, tanto na Amazônia quanto nas florestas da Bacia do Congo e do Sudeste Asiático.

Inclusão social e segurança dos atores locais

Nas áreas de desmatamento, pequenos produtores, povos indígenas e comunidades afrodescendentes enfrentam frequentemente insegurança fundiária, formas de exclusão social ou baixa presença institucional. Essa precariedade limita sua capacidade de exercer direitos e de participar plenamente da gestão dos recursos (IACHR, 2019). Ela também atua como um incentivo ao desmatamento para acessar a propriedade da terra.

Nesse contexto, garantir acesso a direitos, recursos e informação não é apenas uma questão de princípios de justiça; é um mecanismo essencial para estabilizar as dinâmicas territoriais e preservar a floresta. Diversos estudos destacam que políticas de conservação têm mais chances de êxito quando se apoiam em grupos reconhecidos, organizados e representados nas instâncias de governança (SPA, 2021).

Abordagens baseadas na participação comunitária e no fortalecimento de suas capacidades de gestão mostraram-se eficazes. Elas permitem construir regras adaptadas ao território, mais bem respeitadas, e evitar conflitos de uso. Isso pressupõe criar espaços onde esses atores possam fazer valer seus pontos de vista, inclusive nos processos de planejamento ou de alocação de financiamentos.

O desafio aqui é tornar acessíveis às populações vulneráveis as ferramentas técnicas, institucionais e financeiras. Isso pode envolver acompanhamento específico, procedimentos adaptados ou apoio a organizações coletivas. Frequentemente, são essas mediações que fazem a diferença no território.

[3] <https://www.ambiente.gob.ec/programa-socio-bosque/>

[4] <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Bolsa-Floresta-00001>

[5] <https://www.minambiente.gov.co/conservarpaga/>

Conclusão

Estabilizar as frentes pioneiras na Amazônia é, sobretudo, uma questão de governança. Abordagens agrícolas sustentáveis, incentivos econômicos ou instrumentos financeiros podem ser úteis, mas só funcionam se os direitos fundiários forem claros e se as populações locais—em especial as mais vulneráveis—forem reconhecidas, protegidas e envolvidas na gestão de seus territórios.

As experiências de campo mostram que os resultados são mais duradouros quando atores públicos, privados, comunitários e do seguimento da cooperação trabalham juntos em territórios coerentes e co-gerenciados, baseados nos quatro pilares: planejar e controlar melhor o uso da terra e de seus recursos; apoiar uma agricultura mais eficiente no uso dos recursos naturais; valorizar os recursos da floresta sem destruí-la; e envolver quem vive nesses territórios em sua governança.

Não há solução única. É a articulação desses mecanismos de alavancagem, na escala local, que permite sair das lógicas de desmatamento.

Bibliografia

Beuchle, R., Bourgoïn, C., Crepin, L., Achard, F., Migliavacca, M. and Vancutsem, C. (2023). *Deforestation and forest degradation in the Amazon – Update for year 2022 and link to soy trade*, Publications Office of the European Union, Luxembourg, DOI:10.2760/211763, JRC134995.

International Union for Conservation of Nature Netherlands (IUCN NL). (2024). *Drivers of deforestation in the Colombian Amazon*. Amsterdam: IUCN Netherlands. https://www.iucn.nl/app/uploads/2024/06/Drivers-of-deforestation-in-the-Colombian-Amazon_IUCN-NL-2024.pdf

Hänggli, A., Levy, S. A., Armenteras, D., Bovolo, C. I., Brandão, J., Rueda, X., & Garrett, R. D. (2023). “A systematic comparison of deforestation drivers and policy effectiveness across the Amazon biome”. *Environmental Research Letters*, 18(7), 073001. <https://doi.org/10.1088/1748-9326/acd408>

Pendrill, F., Gardner, T. A., Meyfroidt, P., Persson, U. M., Adams, J., Azevedo, T., Bastos Lima, M. G., Baumann, M., Curtis, P. G., De Sy, V., Garrett, R., Godar, J., Goldman, E. D., Hansen, M. C., Heilmayr, R., Herold, M., Kuemmerle, T., Lathuillière, M. J., Ribeiro, V., Tyukavina, A., Weisse, M. J., & West, C. (2022). *Disentangling the numbers behind agriculture-driven tropical deforestation*. *Science*, 377(6611), eabm9267. <https://doi.org/10.1126/science.abm9267>

Inter-American Commission on Human Rights (IACHR). (2019). *Indigenous and tribal peoples of the Pan-Amazon region: Situation and protection of human rights*. <https://www.oas.org/en/iachr/reports/pdfs/panamazonia2019-en.pdf>

Science Panel for the Amazon (SPA). (2021). *Chapter 30 – The New Bioeconomy. In The Amazon Assessment Report*. <https://www.theamazonwewant.org>

